

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI), INSTAURADA NA PRIMEIRA (1ª) SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA (29ª) LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ PARA APURAR INDÍCIOS DE FRAUDE NO SEGURO DPVAT NO CEARÁ.

Ao vigésimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e quinze (2015), às catorze horas e trinta minutos (14h30min), no Auditório deputado Carlos Eduardo Benevides, do Complexo das Comissões Técnicas Deputado Aquiles Peres Mota, realizou-se reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a presença dos seguintes Deputados: Dr. Sarto (Presidente), Roberto Mesquita (Vice-Presidente), Fernando Hugo (Relator), Audic Motá (Sub-Relator), Leonardo Pinheiro, Odilon Aguiar, Professor Teodoro, Walter Cavalcante, Zé Ailton Brasil (Membros da CPI) e Leonardo Araújo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e mediante consenso entre os deputados presentes deu como lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Em seguida, cientificou a todos que foi enviado ofício solicitando a designação junto à CPI de representantes do Ministério Público Estadual (MPE); da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará (OAB-CE); da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS). Na esfera federal, foram convidados representantes da Polícia Federal (PF); do Ministério Público Federal (MPF) e da bancada cearense na Câmara dos Deputados. Na sequência, em razão da indisponibilidade de agenda, o Senhor Presidente justificou a ausência do representante da Seguradora Líder nessa segunda reunião da Comissão, conforme estava previsto e informou que uma nova data para esse fim será agendada. Diante desse fato foi ouvido o representante da SSPDS, Delegado Marcos Aurélio Elias de França com atuação no município de Itapipoca. Ao fazer uso da palavra, o delegado relatou de forma sintética o teor do inquérito policial instalado e presidido por ele, no ano de 2011 (cópia dos autos remetida à CPI), a partir da constatação preliminar de vários problemas relacionados ao seguro DPVAT, especialmente, sobre a quantidade de registro de Boletins de Ocorrência (BOs). A título exemplificativo citou que na delegacia onde atua chegou-se a uma média de registro de trinta BOs por dia, relacionados a acidentes de trânsito. Segundo ele, chegou a ser lavrada a ocorrência de até oitenta BOs em um único dia apontando forte indício de fraude para recebimento do seguro. Mencionou ainda a participação de representantes dos escritórios do DPVAT no município com o objetivo de cooptação de pessoas acidentadas junto aos hospitais para requerer o seguro, independente do tipo de acidente, e o envolvimento de profissionais médicos e de uma servidora terceirizada da Delegacia de Polícia de Itapipoca. Ainda segundo o delegado o resultado da investigação feita por ele resultou na redução dos registros de BOs, quebra de sigilo bancário, indiciamento de dois médicos que atendiam no escritório do DPVAT no município, fechamentos desses escritórios, prisão e demissão da servidora terceirizada que foi corrompida. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente facultou a palavra aos deputados que fizeram vários questionamentos (conforme registro taquigráfico anexo a presente ata). A partir desses questionamentos foi aprovada uma proposta a ser encaminhada à Seguradora Líder para que apresente na próxima reunião da Comissão o que se segue: o montante dos recursos arrecadados anualmente e os valores

desembolsados no período de 2008 a 2015; os dados financeiros relacionados aos sinistros pagos no período citado, demonstrados mensalmente e por municípios cearenses individualizados por morte, invalidez e despesas médicas; essas despesas devem ser listadas por entidade/órgão recebedor e, finalmente, a relação nominal das reguladoras de sinistros que operam em convênio com a Seguradora Líder no âmbito do Ceará bem como o quantitativo de sinistros que foram pagos a partir da atuação das conveniadas. Nas considerações finais, o representante do MPE, Doutor Nelson Ricardo Monteiro se dispôs a participar das reuniões e fazer os encaminhamentos necessários ao final dos trabalhos da CPI. Da mesma forma se posicionaram o representante da SSPDS, Delegado Marcos Aurélio e o representante da OAB-CE, Dr. Valdetário Monteiro. O Senhor Presidente com a aprovação dos deputados da CPI solicitou o envio de ofício ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Cremec) para que o Conselho indique um representante para participar também das reuniões da CPI. Por fim, o Senhor Presidente informou que a próxima reunião ocorrerá às dezesseis horas (16h), do dia vinte e oito (28) de outubro de dois mil e quinze (2015), no Complexo das Comissões desta Casa Legislativa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Erliene Alves da Silva Vale, servidora da Assembleia Legislativa do Ceará, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos deputados presentes à reunião (o registro do acompanhamento taquigráfico desta reunião constará como anexo desta Ata).

SERVIDORA ERLIENE ALVES DA SILVA VALE _____

DEPUTADO DR. SARTO _____

DEPUTADO ROBERTO MESQUITA _____

DEPUTADO FERNANDO HUGO _____

DEPUTADO AUDIC MOTA _____

DEPUTADO LEONARDO PINHEIRO _____

DEPUTADO ODILON AGUIAR _____

DEPUTADO WALTER CAVALCANTE _____

DEPUTADO PROFESSOR TEODORO _____

DEPUTADO ZÉ AILTON BRASIL _____